

LARANJAS E ABACATES À BEIRA DA RIA FORMOSA

Há guerra no pomar

É o terreno da discórdia, no extremo leste da Ria Formosa. Uma parcela de 15 hectares de uma propriedade de 24 cuja vegetação - alfarrobeiras, canavial e mato - foi arrasada para ali se construir um pomar de citrinos e abacates. Uma pequena parte da intervenção foi alvo de embargo por parte das autoridades ambientais, e corre um processo de contraordenação que pode chegar aos 200 mil euros. Mas na parte maior prosseguem os trabalhos, embora ainda se aguarde uma autorização definitiva. A guerra estalou entre os ambientalistas e a empresa agrícola, que garante estar tudo legal e ser a plantação inócua para o ambiente. O ICNF também garante que - à parte a parcela embargada - os inquilinos do terreno estão a fazer tudo a preceito. A Quercus contesta

➤ JOÃO PRUDÊNCIO

O conflito em torno da utilização de 15 hectares de terreno à beira da Ria Formosa, entre Manta Rota e Cacela, está a transformar-se numa guerra já pouco surda entre ambientalistas e os inquilinos do terreno, a empresa frutícola Frusoal, que detém a exploração e usufruto da parcela.

Em causa estão as intenções da empresa em dali fazer um pomar de citrinos e abacates, em proporções ainda desconhecidas. Para o efeito, nos últimos meses o terreno tem vindo a ser limpo: foram derrubadas as cerca de 200 alfarrobeiras que lá havia e limpo o muito canavial e plantas de pistachio.

Neste momento, o terreno não tem qualquer vegetação e está já a receber as primeiras tubagens para as futuras regas de citrinos e abacates, o que está a ser encarado e denunciado pelos ecologistas como “um abuso”, face a um embargo que as obras mereceram por parte do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), no início de abril.

“Agora, mesmo tendo sido levantado esse auto, porque não havia autorização para fazer aquilo, os trabalhos continuam. Estão a instalar tubos para a rega. Desconhecemos se houve comunicação prévia. Se houve, como é possível estarem a autorizar, se não houve, eles estão a infringir a lei... As obras não podiam continuar se houve embargo. O terreno está careca!”, proclama, revoltada, em declarações ao JA, a delegada no Algarve da Quercus, Cláudia Sil, que também dirige o movimento ecologista “Regenerarte”.

Em resposta, o diretor do ICNF no Algarve, Castelhão Rodrigues, esclarece que o embargo que acionou em abril contemplou menos de 3 dos 15 hectares intervencionados e os restantes 12, onde agora continuam os trabalhos,

estão em regime de Proteção Complementar 1, podendo ser mexidos. Os 3 hectares embargados, junto às dunas, estão naquilo a que os regulamentos do parque chamam “zona de proteção parcial” e aí não pode haver qualquer intervenção. Daí o embargo e a provável imposição de uma contraordenação, cujo montante pode chegar aos 200 mil euros, segundo disse Castelhão Rodrigues ao JA.

“De acordo com o regulamento do Parque pode haver agricultura e no terreno em causa, como já tinha agricultura, é só deixarem de ter um pomar de alfarrobeiras para pôr citrinos. Mas há uma parte mais junto às dunas que é proteção parcial 1 e aí não podiam ter feito nenhuma intervenção. Aí não podiam fazer nada”, frisa o diretor do ICNF no Algarve para justificar a ação do organismo que dirige.

Ressalva, contudo, que o instituto ainda está a analisar o cariz das intervenções e o próprio pedido de reconversão do antigo alfarrobal de sequeiro (já degradado e com os cepos irrecuperáveis para produção) em pomar de regadio.

Sem movimentação de terras, diz a Frusoal

Também ao JA, o sócio-gerente da Frusoal Pedro Madeira assevera que a empresa se limitou a limpar uma zona que não tinha nada mais do que alfarrobeiras podres e canas. “O que se mantém são os pinheiros, estão lá todos. Não tocámos num único pinheiro. Arrancámos alfarrobeiras, arrancámos canavial, pistachos. As alfarrobeiras foram plantadas há 25 anos, não são centenárias nem nada que se pareça. Foram plantadas pelo atual dono da propriedade antes de nós arrendarmos aquilo. Nem houve movimentação de terras nenhuma, a única movimentação de terras foi a máquina a arrancar as árvores que lá estavam e depois

abriu-se uma vala para levar a água de rega para baixo e ao mesmo tempo nessa vala trazemos um tubo com água de um poço que está lá em baixo”.

Do outro lado da barricada, Cláudia Sil põe em causa a alegada inocuidade dos trabalhos no terreno, questionando “como é possível fazer movimentação de terras, tirar arbustos e árvores, despedrega, a alteração do perfil topográfico e a movimentação de terras? As pedras ajudam à infiltração dos aquíferos subterrâneos. O escoamento natural tem esses caminhos pré-feitos, que serve para esse efeito, para recarga dos aquíferos de água doce. Em reserva ecológica, mesmo que seja para uma plantação autorizada, não se pode fazer alteração do perfil topográfico, para não alterar essas linhas naturais de escoamento de água. Aqui aconteceram os erros todos: retiraram vegetação, retiraram pedras e alteraram a topografia”.

Toda a água virá da rede de abastecimento

No quadro legal, interroga como é possível tantos e tão minuciosos instrumentos de gestão territorial como os que existem naquele território delicado terem sido “ultrapassados pela direita” pela empresa, com o que considera ter sido “a complacência” do ICNF, “sempre eficaz contra os fracos mas tolerante com



Aspetto do terreno depois do arranque da vegetação



Foram derrubadas alfarrobeiras e muito canavial

os fortes”: “O território está coberto por vários instrumentos de gestão territorial, PDM, POOC, regulamento da Ria Formosa, tudo instrumentos de gestão do território que limitam estas ações, além de o terreno estar em REN [Rede Ecológica Nacional], zona de proteção especial no âmbito da Rede Natura 2000 e Sítio de Importância Comunitária (SIC) Ria Formosa/Castro Marim”, lista exaustivamente Cláudia Sil.

Mas não é o quadro legal nem a movimentação de terrenos feitos até agora que, principalmente, preocupa os ecologistas. É o futuro uso do terreno que contestam acima de tudo. E os danos colaterais que receiam: os gastos de água - proveniente da rede, isto é, sobretudo das barragens - e a utilização de agroquímicos.

Começamos pela água, pelas palavras da dirigente da Quercus: “As reservas hídricas têm vindo a diminuir. É o sistema de rega gota-a-gota, mas estamos a falar de valores muito altos. Mais de 60 litros por dia cada pé de abacate. Dá milhões de metros cúbicos por ano. No Algarve tem que ser tudo muito analisado. E se os aquíferos diminuírem a níveis muito baixos trazem o problema da intrusão salina. E o terreno está mesmo ao lado da ria”, argumenta, manifestando-se uma vez mais contra “a agricultura intensiva, monocultura intensiva, na produção e no consumo de recursos hídricos”.

Por seu turno, Pedro Madeira reforça que o abastecimento será feito a partir de água de rede, pela Associação de Regantes, e jura que só em último caso a empresa

recorrerá ao poço contíguo, que tem um uso meramente alternativo, em caso de falha no abastecimento público das Águas do Algarve.

Escorrências para a Ria são um dos pomos de discórdia

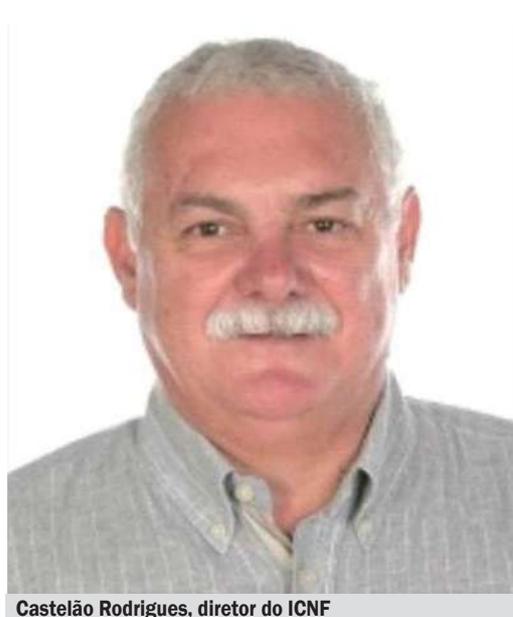
Mas a ecologista vê outro inimigo na plantação de citrinos e abacates: os danos causados pelos agroquímicos utilizados tanto contra pragas da fruta como contra ervas daninhas. As infiltrações e as alegadas escorrências para a Ria podem ser severas com o ambiente e o ecossistema lagunar, assegura.

“Os camalhões [montes de terra entre os sulcos rasgados no terreno para a plantação] da propriedade estão na direção norte-sul, dirigidos para a ria e os tubos também, a água vai escorrer para a ria.



Mas está cheia de fertilizantes. Porque ao contrário do que dizem a aplicação dos pesticidas não é com spray. Quase todos estão a fazer fertirrigação, com fertilizantes introduzidos na água de rega. A maioria usa herbicidas com glifosato. É muito veneno! Há um desconhecimento do efeito desses produtos nas espécies marinhas”, invoca Cláudia Sil, sublinhando que mesmo os abacates levam agrotóxicos: “É verdade que o abacate não tem muitas pragas, ainda não se desenvolveram porque é uma espécie importada. É como a palmeira, que esteve centenas de anos entre nós e de repente foi descoberta pelo escaravelho e foi extinta. Mas o glifosato usados nos terrenos mata as abelhas, mesmo não sendo um veneno dirigido a animais”.

“Escorrências em terreno de areia?! Só se as terras fossem xistos ou barros, sebos impermeáveis. Na areia deita-se água e desaparece. E vamos fazer toda a rega em sistema gota-a-gota. Temos que ter noção do que dizemos”, atira por seu lado, em resposta, o dirigente da Frusoal, para quem a exploração agora em implementação não tem “nenhuma desvantagem em termos ambientais”.



Castelão Rodrigues, diretor do ICNF



Cláudia Sil, delegada da Quercus



Pedro Madeira, da Frusoal

“O sequeiro é muito bonito” mas... precisa de rega!

“Não há infiltrações, a rega é gota a gota. Não há infiltrações”, repete, salientando por outro lado que as águas utilizadas nas regas não terão glifosato. “As águas aplicam-se por pulverização. Cada vez menos utilizamos mondas químicas, e é aí que é aplicado o glifosato. Cada vez mais o corte é feito pela erva e roçadoras para não termos monda química nas plantas jovens e depois elas começam a ter o sombreamento e essas mondas já deixam de se fazer”, explica.

O diretor do ICNF também

rejeita qualquer possibilidade de escorrência para a ria no tipo de plantações que para ali se preveem: “Não sei a que sistema de rega [a Cláudia Sil] se está a referir. O que é praticado nestas culturas é o gota-a-gota. Não há desperdício de água”, riposta Castelão Rodrigues, que foi dirigente máximo do Estado na Agricultura regional durante vários anos.

Sobre o abate das alfarrobeiras que pululavam pelo terreno, Pedro Madeira precisa que elas deveriam ser cerca de 200, mas nunca singraram, porque isso seria impossível. Afinal, sustenta, o sequeiro “puro” é uma miragem e hoje em dia até o

sequeiro tradicional já não passa sem rega: “O sequeiro era muito bonito, mas era quando levava as mesmas quantidades de água pelo inverno todo, as chuvas começavam no outono e era o inverno todo a chover. Agora as chuvas são sincopadas. E a água escorre, não fica na terra e o sequeiro não se aguenta sem ter uma humidade quase permanente. O sequeiro ou é regado ou não é produtivo”, enuncia o empresário. E convida os descrentes: “Basta ir às fotografias aéreas do Ministério da Agricultura de há 30 anos, o que ali havia era erva no inverno e pasto no verão. Com meia dúzia de piornos

que as cabras que andam ali a pastar iam largando quando faziam as necessidades. E nasciam piornos”, ironiza.

“Continuamos a fazer o pomar de citrinos e não há razão nenhuma para não o fazermos. Citrinos ou outra coisa qualquer. Podem ser abacates”, sublinha, considerando que a “guerra ao abacate”, devido ao alegado consumo excessivo de água por parte daquele fruto é “injusta”: “O consumo de água é idêntico nos abacates e citrinos. A questão do consumo excessivo pelos abacates é uma falsa questão”, opina o sócio-gerente da Frusoal.

De resto, Pedro Madeira,

sem avançar com números ou percentagens, admite que a área dedicada ao abacate naquele terreno será substancial, embora os abacateiros produzam menos frutos do que as árvores citrícolas: 12 a 15 toneladas por hectare contra 30 a 40 no caso das laranjas e suas parentes.

Isso significa que, dentro de 5 a 6 anos, quando o pomar estiver na sua pujança máxima – se a Frusoal ganhar a “guerra” –, dali poderão sair (na hipótese de a divisão entre citrinos e abacates ser de 50% para cada) 90 toneladas anuais de abacates e 24 toneladas de citrinos. Uma senhora produção.

PUB

Concertos ~~MERCADO~~ DE CULTURAS ...À LUZ DAS VELAS[®]

LAGOA - Rua João de Azevedo Lobo (junto aos CTT)



8 julho | 22h00
AXABEBA (Espanha)
Músicas do Mediterrâneo medieval



9 julho | 22h00
LU YANAN (China)
Música tradicional chinesa



10 julho | 22h00
TRIO MÊD (Cabo Verde)
Música tradicional de Cabo Verde

BILHETES: 8 € (Desconto 20% mediante apresentação do Passaporte Cultural; Cartão Lagoa Social)

LOCAIS DE VENDA: Ticketline | Worten | Fnac

Audatório Carlos do Carmo - 282 380 452 | Ter-Sáb » 09h00 - 12h30 / 14h00 - 17h30
Município de Lagoa (Balcão Unico) - 282 380 400 | Seg-Sex » 09h00 - 16h30

Lagoa
DO ALGARVE

